

Jornal do Senado

Uma reconstituição histórica

Órgão do Senado da República

Rio de Janeiro, sábado, 16 de novembro de 1889



REPRODUÇÃO

Deodoro e demais líderes diante do Quartel-General: canhões só foram disparados depois, para celebrar a vitória do movimento e a Proclamação da República

BRASIL AGORA É REPÚBLICA

Brasil mudou de regime político ontem, quando um movimento de militares e civis encabeçado pelo general Deodoro da Fonseca destituiu o gabinete do Visconde de Ouro Preto e apeou o imperador dom Pedro II

do posto que ocupou por 49 anos. Apesar de preparados para o confronto – canhões foram alinhados diante do Quartel-General da Guerra, onde estavam os ministros –, os revoltosos transformaram o Brasil na mais nova República

do continente americano praticamente sem violência alguma. Apenas se registrou um incidente com o ministro da Marinha, Barão de Ladário, que resistiu a uma voz de prisão e acabou ferido a tiros, porém sem maior gravidade. Nomes

como o do tenente-coronel Benjamin Constant e os dos jornalistas Aristides Lobo e Quintino Bocayuva figuraram desde o início no centro das conspirações, que havia meses também se desenrolavam no Clube Militar. Deodoro superou

graves problemas de saúde para atender aos apelos dos colegas de farda e liderar a revolta. Os atos determinando a queda da Monarquia e a instituição da República só foram assinados no final da noite. Págs. 3 a 5

Governo Provisório começa a trabalhar hoje e tem maioria de ministros civis

O primeiro ministério da República foi definido ontem à noite, em reunião na casa do jornalista Aristides Lobo, que ocupará a pasta do Interior no Governo Provisório. Ele é um dos quatro civis entre os seis

escolhidos para a equipe do general Deodoro. Benjamin Constant, Campos Salles, Almirante Wandenkolk, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa completam a equipe. Pág. 2

Ao povo, promessas de liberdade. Às províncias, ameaças

No final do dia de ontem, foi divulgada uma proclamação ao povo brasileiro, assinada pelos líderes do movimento, em que eles procuram tranquilizar o povo e assegurar os direitos e as liberdades individuais, além dos compromissos internacionais assumidos pelo país. Deodoro da Fonseca e demais os líderes também editaram decreto em que, além de oficializarem a República como o novo regime político do país, ameaçam com intervenção militar as províncias que não souberem manter a ordem pública ou não aderirem ao novo sistema. A notícia da vitória contra a Monarquia chegou às províncias de forma ineditamente rápida, graças ao uso do serviço telegráfico recentemente implantado. Págs. 5 e 6

Ex-imperador ainda tentou manobra de última hora para manter-se no trono

Pedro II vivia seus últimos momentos de imperador na residência de Petrópolis. Ao saber das notícias, voltou à capital, para negociar uma

saída, que incluía a troca do gabinete. Apeado do poder, deve ser dado prazo de 24 horas para que ele e a família deixem o país. Pág. 7

Rega-bofe na Ilha Fiscal, última imagem do Império

Enquanto no Baile da Ilha Fiscal os convidados dançavam valsas e polcas noite adentro, os republicanos se reuniam no Clube Militar, tramando a derrubada do ministério. Os mais de 3 mil convidados beberam e comeram noite adentro. Foram consumidos mais de 3 mil caixas de bebidas, 800 quilos de camarão e 500 perus. Pág. 5

Distante do Exército e do povo, Monarquia cai sem resistência

Muito conservadora e presa às formalidades da Corte, a Monarquia já não conseguia acompanhar a crescente complexidade das relações entre os diversos grupos e instituições, entre eles o Exército, que havia se destacado na Guerra do

Paraguai. O último apoio ao regime imperial, da parte dos latifundiários, cuja produção se baseava na escravatura, deixou de existir com a Abolição. Ao sair de cena, o Império já não representava politicamente os anseios da sociedade. Pág. 8



Aristides Lobo:
Interior



Benjamin Constant:
Guerra e Instrução



Campos Salles:
Justiça



Alm. Wandenkolk:
Marinha



Quintino Bocayuva:
Relações Exteriores



Ruy Barbosa:
Fazenda

Primeiro ministério tem dois militares e quatro civis. Falta ser confirmado nome para Agricultura

Equipe escolhida para começar a implantação da República foi definida em reunião na casa do jornalista Aristides Lobo. Jovem advogado Ruy Barbosa ocupa pasta da Fazenda

Ainda na noite de ontem, foi formado, em reunião na casa de Aristides Lobo, o ministério do primeiro Governo Provisório da República brasileira. Foram es-

colhidos Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Aristides Lobo (Interior), Campos Sales (Justiça) - que só tomará posse dia 18 -, Ruy Barbosa (Fazenda e interina-

mente da Justiça), Benjamin Constant (Guerra e Instrução Pública) e almirante Wandenkolk (Marinha). Quintino exercerá interinamente a Agricultura, até a posse do titular,

que deverá ser Demétrio Ribeiro. Os decretos de nomeação dos ministros do governo Deodoro foram lavrados por volta das 2 horas de hoje, no Instituto dos Cegos.

Pela ordem

Ocorreu ontem o que pode ser considerado o primeiro ato de vandalismo tecnológico no Rio de Janeiro. Pego de surpresa quando procurava comunicar-se, por telefone, com uma autoridade do Império, o coronel Costa Guimarães, ao ser questionado sobre o que estava fazendo ali, respondeu: "Quebrar este telefone". E despedaçou a invenção de Graham Bell.

Nesta sua última temporada em

Petrópolis, o imperador havia decidido duas vezes ao Rio de Janeiro; no dia 9, quando se realizou o Baile da Ilha Fiscal, e na quinta-feira, dia 14, para assistir a um concurso para professor de Inglês do Colégio Pedro II.

Não falta ao homem inventar mais nada. A sensação na Europa e nos Estados Unidos, no momento, é um aparelho chamado gramofone, e que é capaz de reproduzir a

voz das pessoas. Na noite de ontem, enquanto alguns regimentos davam início à revolução republicana, o príncipe dom Pedro Augusto promovia para convidados, no Palácio Isabel, a demonstração de uma dessas máquinas, cujo inventor é Thomas Alva Edson.

Por decisão do Governo Provisório, as províncias brasileiras agora são denominadas estados.

Consta que a República deverá extinguir a concessão de títulos nobiliárquicos. Sabe-se, entretanto, que as pessoas que já foram honradas com esses títulos poderão continuar a usá-los.

A edição de ontem da *Gazeta da Tarde*, já trazendo a notícia da queda do Império, não chegou às mãos de dom Pedro II. Alguém guardou o jornal para que o imperador não lesse a notícia de sua deposição.

Frases

"Isso é fogo de palha, eu conheço meus patrícios"

(Pedro II ao comandante do Almirante Cochrane, que lhe oferecera abrigo no navio)

"O reino de sua alteza não é deste mundo"

(Conselheiro Saraiva, ao ser indagado pelo imperador sobre um 3º reinado)



"Estou entre amigos. Chegou a hora de saber morrer pela pátria"

(Benjamin Constant, ao chegar ao Campo de Santana)

"Benjamin, já que não há outro remédio, leve à breca a Monarquia"

(Deodoro a Benjamin Constant, ao ser convencido por este da necessidade de derrubar o Império)

"O governo acaba de resolver não só o embarque de várias unidades do nosso Exército, com sede no Rio de Janeiro, para diversos pontos do Brasil, como a prisão de Deodoro e Benjamin Constant"

(Major Sólton, espalhando o boato que antecipou a revolução)

"A Monarquia escorregou mas não caiu"

(Pedro II, ao escorregar quando chegava à Ilha Fiscal, para a que seria a última grande festa do Império)

"Veio lendo jornais e revistas científicas, e nem mesmo mostrou preocupar-se muito com o tal telegrama"

(Motta Maia sobre o imperador, na viagem de Petrópolis para o Rio)

"Acordei ao toque de trombetas dos soldados. E, assustada, levantei-me; soube então por mamãe que vieram de madrugada alguns oficiais buscar papai, pois receavam que o movimento pela República rebentasse hoje"

(Bernardina Constant, 15 anos, filha de Benjamin, no seu diário)

Expediente

Esta edição especial relata os principais episódios relacionados à Proclamação da República. O formato adotado simula o que poderia ser uma edição do **Jornal do Senado** publicada em 16 de novembro de 1889, dia seguinte ao da queda do Império. Na época, o Senado não possuía nenhuma publicação jornalística. Os textos foram elaborados com base em jornais do

período e livros de estudiosos do movimento republicano.

Jornal do Senado
Praça dos Três Poderes - Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - 70165-920 Brasília (DF)
www.senado.gov.br/jornal
jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211
Fax (61) 3303-3137

Diretor: Eduardo Leão

Edição: José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Redação: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes, José do Carmo Andrade

Pesquisa: José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio L. Gomes da Silva

Arte: Diego Jimenez

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Roberto Suguino e Bárbara Barbosa

Arquivo fotográfico: Ana Volpe e Leonardo Sá

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep)

Ordem do dia

Sábado - 16 de novembro de 1889

Às 11h - Terceira sessão preparatória do Senado

Deodoro lidera movimento militar que implanta a República no país

Ao lado de outros oficiais de alta patente, general comanda tropas, depõe gabinete e encerra Monarquia. Movimento foi saudado nas ruas. Governo Provisório já foi constituído

A Monarquia brasileira caiu no dia de ontem, sexta-feira, depois de 67 anos de existência, dando lugar à República dos Estados Unidos do Brasil, como resultado de uma rebelião iniciada ainda na noite de quinta-feira. Ontem mesmo foi instalado o novo governo, tendo como presidente o general Manuel Deodoro da Fonseca, que, superando a dispnea e os padecimentos cardíacos que o afligem há muito tempo, liderou a revolução vitoriosa. Perto da madrugada foram assinados os primeiros atos instituidores do novo regime: uma Proclamação e o Decreto nº 1.

Avisado por um telegrama do Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, o imperador Dom Pedro II, que estava em Petrópolis, desceu imediatamente ao Rio de Janeiro, mas não evitou a queda do regime que comandou por quase cinco décadas.

A revolução ocorreu sem que fosse disparado um único tiro de canhão, nem de metralhadora nem de carabina. O único incidente envolveu o ministro da Marinha, Barão de Ladário, que, reagindo a uma ordem de prisão, terminou sendo ferido.

Há tranquilidade na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias, agora denominadas estados. Fala-se que o sr. Pedro de Alcântara será intimado a retirar-se do país, dirigindo-se para a Europa.

Regime caiu sem que um único tiro fosse disparado

Quem passava ontem de manhã cedo, sexta-feira, pelas imediações do Campo de Santana supunha, com razão, que se tratasse de uma parada militar, embora não fosse feriado na cidade. Ou, então, de mais um embarque de tropas transferidas para as províncias, o que tem acontecido com frequência.

Porém, um observador mais atento deveria perceber que alguma coisa de extrema gravidade iria acontecer. Afinal, por que tantos homens armados com metralhadoras e carregando muita munição? E o que faziam na praça os modernos canhões Krupp assestados justamente para o edifício do Quartel-General, onde se reunia naquele momento o Ministério, sob

a presidência do Visconde de Ouro Preto?

Colocado à distância de um tiro de pistola do prédio do quartel, o general Manuel Deodoro da Fonseca, como que tivesse se livrado dos problemas de saúde, preparava-se para, montado a cavalo, invadir o prédio e destituir o Ministério, o que constituiria a cena culminante do movimento.

A mobilização de tropas seguia resolução tomada pelo Clube Militar no dia 9, mesmo dia em que se realizou o famoso Baile da Ilha Fiscal: derrubar a Monarquia. Só que a insurreição fora marcada para hoje (dia 16) ou amanhã, ou mesmo o dia 20, quando o Senado deverá retomar os seus trabalhos.

Falsa ameaça de prisão de líderes antecipa decisão

O que antecipou a eclosão do movimento revolucionário foi um boato que o major Solon Ribeiro saiu espalhando, na tarde de anteontem.

— O governo acaba de resolver não só o embarque de várias unidades de nosso Exército, com sede no Rio de Janeiro, para diversos pontos do Brasil, como a prisão do general Deodoro e de Benjamin Constant.

O boato correu como um raio pelos quartéis de São Cristóvão e pelas redações dos jornais. Ao entardecer, algumas tropas já estavam amotinadas, mas Deodoro e Constant ignoravam o que se passava.

Cerca das 10 horas da noite, Vis-



conde de Ouro Preto (*retrato*) foi procurado em casa pelo jornalista Souza Ferreira, do *Jornal do Commercio*, que lhe perguntou se era verdade que ele ordenara a prisão dos dois militares. O presidente do Conselho — que já vinha sendo alertado sobre a iminência de uma rebelião — assegurou que tudo não passava de boato.

Pouco depois da saída do jornalista, tilintou o telefone. Era Basson, o chefe de Polícia, avisando a Ouro Preto que o 1º Regimento de Cavalaria estava em armas. Basson sugeriu que seria melhor o ministro se encaminhar sem demora para o centro da cidade.



Deodoro da Fonseca superou problemas de saúde para assumir a liderança do movimento

Benjamin Constant: articulação do tenente-coronel com as tropas foi fundamental para sucesso do golpe



FOTOS: REPRODUÇÃO

General Floriano já havia aderido ao movimento

Assim que entrou na chefatura de Polícia, o Visconde de Ouro Preto pediu que chamassem o ajudante-general do Exército, general Floriano Peixoto, e o chefe dos Bombeiros. Floriano informou que, por intermédio do coronel Godofrim, os insurretos mandaram um comunicado de que estavam em armas contra o Ministério Ouro Preto.

— E por que não prendeu o senhor ajudante-general o portador de tão audaciosa notícia? — perguntou, indignado, o visconde.

— Para ganhar tempo, certo como estava, de qualquer pressão que eu fizesse, de partida das tropas contra nós. Mandei-lhes dizer, no entanto, que tivessem calma e se desarmassem sem demora — respondeu o aju-



dante-general.

O ministro não desconfiou nem de longe do motivo da tranquilidade exibida por Floriano durante todo o tempo. É que o general já havia se comprometido com Deodoro a ficar do lado da revolução.

Da chefatura, o visconde deslocou-se para o Arsenal da Marinha, de onde enviou um telegrama, com a chancela de urgente,

para dom Pedro II, em Petrópolis. Enquanto isso, a insurreição republicana ganhava intensidade, com a adesão de outras tropas.

Já às 7 horas da manhã, alertado de que os rebeldes marchavam para o Campo de Santana, o Visconde de Ouro Preto deliberou dirigir-se para o Quartel-General da Guerra.

Um general em trajes civis

O homem que comandou o movimento que derrubou a Monarquia e instituiu o regime republicano possui um gênio alegre, folgazão e expansivo, conforme o relato do amigo coronel José Beviláqua.

De hábitos sóbrios, o general Deodoro, ex-marechal-de-campo e que deverá assumir em breve o posto de marechal de exército, era visto com frequência, até há alguns dias, diante do prédio da Alfaiataria Rabelo, na Rua do

Ouvidor, sempre em traje civil: fraque curto da cor preta e chapéu da mesma cor, calça larga, e envergando uma bengala.

A exemplo de seu irmão, o médico José Paulino, Deodoro possui um razoável conhecimento do latim e da música, tendo por esta grande predileção.

Não obstante seu jeito simples e sem afetação, a pessoa do general, que se destaca inclusive pela sua grande estatura, infunde o respeito de todos.

Na madrugada, tropas se reúnem à espera de Deodoro e Constant

Um único episódio violento marcou marcha de oficiais e soldados de São Cristóvão até a Praça da Aclamação: o ministro da Marinha reagiu à prisão e acabou ferido a tiros

Os acontecimentos que levaram à Proclamação da República se aceleraram no início da madrugada de ontem, quando o próprio major Solon tomou a si a incumbência de participar a Constant e Deodoro o que ocorria nos quartéis. Como os dois demoravam a aparecer em São Cristóvão, onde estava concentrado o grosso da tropa, os tenentes Adolfo Peña e Lauro Müller foram prevenidos de que a brigada já estava em armas.

O coronel declarou que iria logo juntar-se às tropas, enquanto Deodoro prometeu que esperava melhorar para, antes do amanhecer, reunir-se aos seus camaradas. Era grande a ansiedade, pois a ausência de Deodoro poderia significar o fracasso da revolução e a prisão dos oficiais insurretos. Mas a chegada do tenente Pedro Paulino, irmão de Deodoro, tranquilizou as tropas. Trouxe recado do general, assegurando que viria de qualquer forma para assumir o comando do movimento.

Já passava das 6 horas da manhã. Então, o coronel Benjamin Constant, que também é professor e filósofo, decidiu assumir o comando das tropas e marchar para o Campo de Santana.

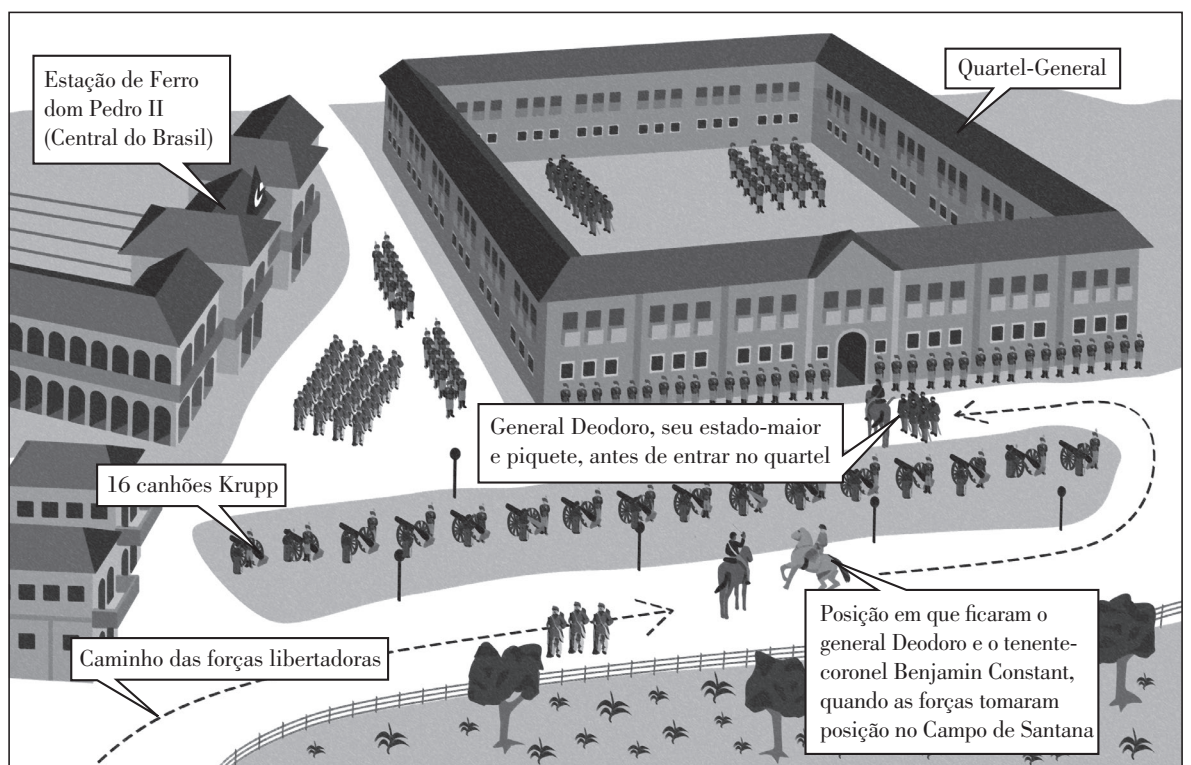
– Tenente Sebastião, mande tocar a formatura, e que se ponha em ordem a nossa gente. Teremos que cumprir o nosso dever – ordena Constant.

Soldados e oficiais, aos gritos de “Viva a República”, colocam-se em forma. Enquanto marchavam, o piquete de reconhecimento, comandado pelo coronel Godofrim, chegava ao Campo de Santana, posicionando-se na frente do Quartel-General.

Para surpresa das tropas, quando passavam próximo ao edifício do gasômetro, aparece uma berlinda.

– O general Deodoro! – grita alguém.

Benjamin Constant dirigiu-se ao veículo e assegurou ao general que toda a tropa e a oficialidade haviam



aderido ao movimento.

– Veja-me um bom cavalo – disse Deodoro, ofegante e pálido. Ainda na carruagem vestiu o uniforme.

A tropa deixa a Rua Itaúna e chega ao largo defronte ao Quartel-General da Guerra. Já no Campo de Santana, o único incidente violento da rebelião. A caminho do Quartel-

General para participar da reunião do Ministério, o ministro da Marinha, Barão de Ladário, reagiu à ordem de prisão dada por Deodoro. Desceu do cupê disparando uma pistola, mas a arma falhou. Ladário foi atingido por um tiro, socorrido e depois levado para casa, onde se recupera.

Ouro Preto tenta ultimato aos revoltosos

Dentro do Quartel-General, o presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto, determinou várias providências no intuito de conter os rebeldes, mas, para seu espanto e apreensão, ninguém se movia. Momentos depois, Deodoro enviou um emissário à sede do Exército, dizendo que pretendia ter um encontro com ele.

Em resposta, o visconde intimou o general a deixar logo a praça, mesmo que para isso fosse necessário o uso da força. Só que nenhum dos militares à sua volta obedeceu. Quase aos gritos, o visconde sustentou que até mesmo com baioneta poderia ser tomada a artilharia que ocupava a frente do quartel.

– No Paraguai, os nossos soldados apoderaram-se de artilharia até mesmo em piores condições – afirmou Ouro Preto.

– Sim, isso é verdade, só que lá tínhamos inimigos, porém aqui todos são brasileiros – interveio Floriano Peixoto.

Nesse momento, o Visconde de Ouro Preto – que, demonstrando brio e coragem, se recusou a sair pelos fundos do edifício, como haviam lhe aconselhado – compreendeu que seria inútil qualquer reação e determinou que fosse enviado um segundo telegrama ao imperador. Na mensagem ele relatava o cerco sob o comando de Deodoro e pedia demissão.

Insurreição foi resposta a “perseguições”

Enquanto Ouro Preto via suas ordens serem ignoradas pelos militares no Quartel-General, do lado de fora Deodoro perdia a paciência e mandou o capitão Paulino de Sousa Galvão abrir o portão. Ao entrar, montado, no quartel, Deodoro teria gritado, segundo pessoas que estavam mais próximas a ele, “Viva a República”. Porém há quem assegure, como o cadete Cândido Mariano da Silva Rondon, que o general gritou “Viva o imperador”, o que,

para alguns, se justificaria pelo fato de que, naquele momento, seu objetivo era derrubar o Ministério.

Já na sala da reunião ministerial, Deodoro explicou que, entre outras razões, a insurreição era uma resposta às perseguições do governo do Império ao Exército, com soldados e oficiais, sem mais nem menos, sendo transferidos para as províncias.

Travou-se uma tensa discussão entre Deodoro e Ouro Preto:

– Nos pântanos do Paraguai, mui-

tas vezes atolado, sacrifiquei minha vida em benefício da pátria – disse o general.

– Não é só nos campos de batalha que se serve à pátria. Estar aqui ouvindo o general não é somenos pensar passar alguns dias no Pantanal.

Benjamin Constant acusou o ministro de querer “fazer do cadáver moral de sua pátria o pedestal de suas tristes glórias”.

– Algum dia me farão justiça – retrucou o visconde.

Ministro é preso e depois solto. A Marinha adere

Depois de anunciar a destituição do ministério, Deodoro decretou a prisão e posterior deportação para a Europa de Ouro Preto e do ministro da Justiça, Cândido de Oliveira. Entretanto, por intervenção de Floriano, Deodoro resolveu soltá-los. No fim da tarde, Ouro Preto voltou a ser preso, sob a acusação de que ele teria participado de reunião visando manter a Monarquia.

Quando saía do Quartel-General, Deodoro foi aclamado pelas tropas, e ouviu-se uma salva de 21 tiros de canhão. De lá, dirigiu-se ao Arsenal, para buscar a adesão da Marinha. Na caminhada pelo centro da cidade, ouviram-se aplausos de populares desde a Rua Visconde de Rio Branco, passando pela Praça da Constituição, ruas do Teatro, do Ouvidor e Primeiro de Março, até che-

gar ao Arsenal. Na Rua do Ouvidor, incorporaram-se à passeata vários civis, entre eles o vereador Lopes Trovão e Silva Jardim, que proferiu um vibrante discurso de exaltação ao novo regime.

No Arsenal da Marinha, depois de uma conferência do general com o ajudante-geral da Armada, Barão de Santa Marta, surgiu o almirante Wandenkolk, que já havia determinado providências no sentido de a Armada aderir à República. Deodoro desceu do cavalo e os dois se abraçaram. Estava garantida a união das forças de terra e de mar em torno do regime republicano.

Visivelmente abatido, Deodoro, após cumprir a missão que dele esperavam, voltou para casa e as tropas vitoriosas recolheram-se aos quartéis.

Proclamação oficial só veio mesmo à noite

As pessoas festejavam nas ruas a queda do Império, só que não tinha acontecido uma proclamação solene do novo regime. José do Patrocínio, Pardal Mallet e Aníbal Falcão convidaram o povo a ir até a câmara municipal. Ali, a República foi proclamada de fato e hasteada uma bandeira simbolizando a nova era política do país. A câmara de vereadores também aprovou uma representação em que instavam Deodoro e demais chefes da revolução a decretar imediatamente a República.

Centenas de pessoas se aglomeraram, no início da noite, diante da casa de Deodoro, que doente não apareceu. Da janela, Benjamin Constant declarou que o que havia naquele momento era um governo provisório, e que seria convocada uma constituinte.

Proclamação tranquiliza povo mas decreto ameaça com intervenções

Dois primeiros atos da República têm tons contraditórios. Mensagem à população diz que governo garantirá liberdades. Províncias, agora estados, são obrigadas a adotar novo regime

A Proclamação da República foi marcada por dois documentos de tons inteiramente diversos, ambos redigidos ontem (dia 15), mas que só chegaram ao conhecimento da “opinião pública” (naqueles tempos, leia-se os moradores da capital do país, Rio de Janeiro) nos dias seguintes. Em boa parte do território nacional, a notícia demorou muito mais para ser divulgada.

Por um lado, a “Proclamação ao Povo Brasileiro” se dirigia aos “concidadãos” e tentava tranquilizar o povo em relação às mudanças, classificadas no texto de “revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico”. Os autores – Deodoro da Fonseca, Aristides Lobo, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk e Quintino Bocayúva – reiteraram que a principal missão do Governo Provisório é de “garantir, com a ordem pública, a liberdade e o direito do cidadão”.

Além disso, o texto promete e garante “a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos”. E, já naquela época, exibia a clara preocupação com o que hoje se denomina “segurança jurídica”. Os republicanos

prometem cumprir todos os compromissos políticos e financeiros (empréstimos) assumidos pelo regime anterior, além de respeitar contratos vigentes e obrigações.

Por sua vez, os 11 artigos do Decreto nº 1 da República – assinado pelas mesmas pessoas, além de Ruy Barbosa, seu principal redator – mostram uma faceta bem menos branda. Decreta (ou seja, impõe a norma sem discussão) a validade do regime em todas as províncias, sem direito a contestação. “O Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular”.

Enquanto promete a realização de eleições de um “Congresso Constituinte”, o decreto também acena com intervenções militares nos estados “onde faltem ao Governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas”.

“Efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas”, diz o artigo sexto.

Leia a íntegra da Proclamação dos líderes do movimento ao povo brasileiro

“Concidadãos: O povo, o Exército e a Armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e, conseqüentemente, a extinção do sistema monárquico-representativo. Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos. Para comporem este governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do Poder Executivo da nação os cidadãos abaixo-assinados. Concidadãos: O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem pública, o Governo Provisório,

por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo Exército e pela Armada nacional. Concidadãos:

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitados as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário. Fica, porém, abolida desde já a vitaliciedade do Senado e bem assim abolido o Conselho de Estado. Fica dissolvida a Câmara dos Deputados. Concidadãos:

O Governo Provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas. ”

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca – Chefe do Governo Provisório
Aristides da Silveira Lobo – Ministro do Interior
Ruy Barbosa – Ministro da Fazenda e, interinamente, da Justiça
Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães – Ministro da Guerra
Chefe da Esquadra Eduardo Wandenkolk – Ministro da Marinha
Quintino Bocayúva – Ministro das Relações Exteriores e, interinamente, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas



FOTOS: REPRODUÇÃO

Comida e bebida à vontade para os convidados na Ilha Fiscal: festança varou a madrugada e pode ter usado recursos destinados para a seca

Na Ilha Fiscal, o último suspiro da Monarquia

Dez mil litros de cerveja, 304 caixas de vinhos, champanhe e bebidas diversas, 800 kg de camarão, 500 perus e 64 faisões, 20 mil sanduíches e 14 mil sorvetes. Reunidos para um baile na Ilha Fiscal, uma minúscula porção de terra a poucos metros do continente, na Baía de Guanabara, os mais de três mil convidados comeram e beberam à vontade na noite de 9 de novembro de 1889, em um regabofe que tornou-se célebre como o último suspiro do Império.

Inicialmente marcado para 19 de outubro – e adiado por causa da morte do rei Luís I de Portugal, sobrinho de dom Pedro II – o Baile da Ilha Fiscal era uma homenagem aos oficiais do navio chileno *Almirante Cochrane*, funde-

ado bem próximo. A ilha foi enfeitada com balões venezianos, lanternas chinesas, vasos franceses e flores brasileiras.

Enquanto, ao som de uma banda instalada a bordo do navio chileno, os convidados dançavam valsas e polcas madrugada adentro, não muito distante dali, no centro da cidade, os republicanos reuniam-se no Clube Militar, presididos pelo tenente-coronel Benjamin Constant, tramavam a derrubada do Gabinete Imperial, liderado pelo Visconde de Ouro Preto.

Ao lado da família imperial, o visconde distribuía sorrisos na Ilha Fiscal, ao receber a família imperial no cais. Dom Pedro II chegou fardado de almirante, acompanhado da imperatriz Teresa Cristina e do príncipe dom Pedro Augusto. A princesa Isabel e seu marido, o conde D’Eu, chegaram um pouco atrasados, mas o vestido da princesa foi mais elogiado que o da própria imperatriz.

Outro autor, Marcos Rey, diz no livro *Proclamação da República* que, ao entrar no salão, dom Pedro teria escorregado e sofrido uma profética queda. Uma semana depois, estaria embarcando para a Europa, afastado do poder.

Em torno do Baile da Ilha Fiscal, formou-se uma profusa mitologia, que muitos historiadores ainda não conseguiram decifrar. É quase certo que parte dos recursos que seriam destinados para combate à grande seca no Nordeste no ano anterior tenha sido desviada para custear as vultosas despesas da festança. E uma coluna humorística do jornal carioca *O Paiz* registrou, no dia 12, que o pessoal encarregado da limpeza encontrou, espalhados pelo chão do palacete, condecorações perdidas e até peças de roupas íntimas femininas.



Princesa Isabel chegou atrasada mas seu traje foi elogiado

Nos estados, povo reage com euforia

Jornais relatam entusiasmo e “delírio indescritível” da população com novo regime

Ontem mesmo, a maioria das províncias brasileiras, agora denominadas estados, tomou conhecimento da Proclamação da República. Para isso muito contribuiu o fato de o tenente José Augusto Vinhais, encarregado da seção telegráfica do jornal *O Paiz* – cujo redator-chefe é Quintino Bocayuva, o grande líder civil da revolução –, ter assumido a chefia da Repartição do Telégrafo.

Com a menor brevidade possível, foram enviados seguidos informes

para o *hinterland* brasileiro, assim que progrediam os acontecimentos. Ao mesmo tempo, chegavam à capital do país relatos sobre a repercussão da revolução vitoriosa.

Graças ao telégrafo, a cidade do Rio de Janeiro ficou sabendo do teor do noticiário de jornais dos estados sobre as manifestações populares pelo advento da nova era da nossa pátria.

Entre os paulistas, a notícia da Proclamação “não causou entusiasmo”, mas sim “um delírio in-

descritível”, conforme noticia o diário *A Província de S. Paulo*. Em Ouro Preto, “é grande a euforia pela inauguração da nova era de concórdia”, enquanto na Bahia o povo, aglomerado nas portas dos jornais, pedia pormenores sobre o acontecimento. Em Porto Alegre, a revolução patriótica provocou “grande satisfação” e, em Maceió, a população “acha-se satisfeita e aplaude o advento da República”. Na cidade de Curitiba não foi menor a euforia e, no Recife, a popu-

lação “acha-se calma”.

Informou-se, entretanto, que no estado da Bahia há, por parte do governo local, resistência ao novo regime. Notícia que está sendo publicada hoje pelo *Diário da Bahia* dá conta de que “o senhor marechal Hermes da Fonseca, comandante das Armas, não adere ao movimento da Corte, o que comunicou às guarnições do Norte e da Corte”. A nota foi mandada publicar pelo presidente da província, Almeida Couto.



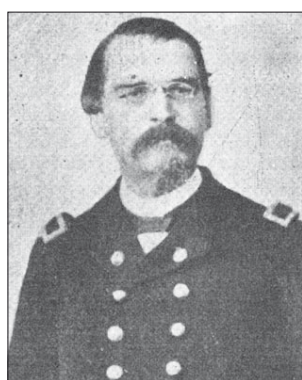
Seis dos principais articuladores do golpe republicano

Manuel Deodoro da Fonseca

Ex-marechal-de-campo e general do Exército, Manuel Deodoro da Fonseca, o líder do movimento republicano e primeiro presidente da República do Brasil nasceu em 1827, em Alagoas. Em 1843, iniciou a carreira militar marcada por sucessivas promoções por bravura e coragem, inclusive na Guerra do Paraguai. Outros quatro irmãos seus também lutaram nessa guerra, onde dois deles morreram. Só às vésperas da Proclamação, e depois de muito esforço das principais lideranças militares civis para atraí-lo, foi que o general se convenceu de que chegara a hora de implantar o regime republicano. Deodoro deverá assumir, em breve, o último posto da carreira militar: o de marechal-de-Exército.



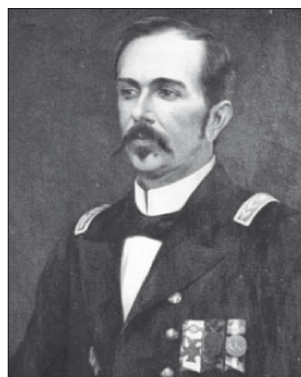
Benjamin Constant



Militar, político e professor de Matemática, Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu no Rio de Janeiro em 1833. Matriculou-se na Escola Militar em 1853 e foi aluno do Observatório Astronômico. Na Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, se distinguiu pela bravura, mas teve de retornar ao Rio de Janeiro devido a uma febre palustre. Já tinha a patente de tenente-coronel quando se colocou à frente das tropas para a derrubada do Império. É ministro da Guerra e diretor de Instrução Pública. Tem sido um grande difusor do Positivismo no Brasil.

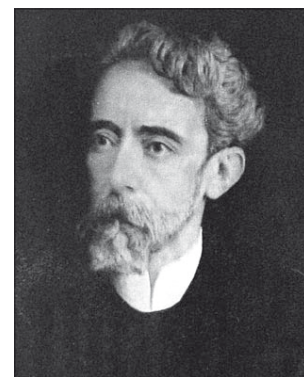
Floriano Peixoto

Oalagoano de Ipioca Floriano Vieira Peixoto nasceu em 1839. Criado pelo tio em uma família pobre, aos 18 anos ingressou no Exército. No ano de 1863, recebeu a patente de primeiro-tenente na Guerra do Paraguai, da qual ele participou até o desfecho do conflito, em Cerro Corá. Há informações de que Floriano Peixoto tenha se recusado a fazer parte da conspiração que derrubou a Monarquia, mas também fala-se que ele não mostrou disposição para combater as tropas que se rebelaram em favor da proclamação da República.



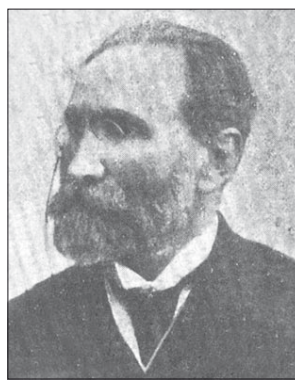
Quintino Bocayuva

Ocarioca Quintino Antônio Ferreira de Souza nasceu em 1836 e trabalhou como tipógrafo e revisor para custear a Faculdade de Direito, que cursou em São Paulo. No entanto, não conseguiu finalizar o curso por falta de dinheiro. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde então adotou como epíteto “Bocayuva”, palavra de origem indígena que designa duas espécies de palmeira, para simbolizar seu nacionalismo, e iniciou a carreira de jornalista. Polêmico, ativo, Quintino foi o redator do *Manifesto Republicano* em 1870, que aproximou civis e militares antimonarquistas. Maçom, contrário ao Positivismo, foi o único civil a cavalgar ontem com Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca em direção ao Quartel-General.



FOTOS: REPRODUÇÃO

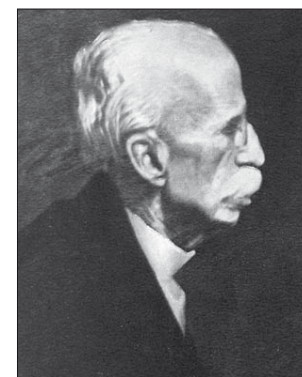
Aristides Lobo



Jurista, jornalista, deputado e senador, republicano e abolicionista brasileiro, o paraibano Aristides da Silveira Lobo nasceu em 1838, neto de um militar e revolucionário condenado à morte por lutar pela Independência. Formado em Direito, foi promotor público e juiz; pelo Partido Liberal, elegeu-se deputado no Congresso Nacional do Império. Fundou, ao lado de outros jornalistas e advogados, o jornal *A República*, onde foi publicado o famoso *Manifesto Republicano* de 1870, redigido por Quintino Bocayuva, que trazia o ideário da derrubada da República e o estabelecimento da República no país. No Governo Provisório anunciado poucas horas depois de proclamada a República, Aristides Lobo foi escolhido ministro do Interior.

Ruy Barbosa

Jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, Ruy Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador (1849), estudou nas faculdades de Direito de Recife e de São Paulo – em ambas foi colega de seu conterrâneo e poeta Castro Alves, já falecido –, tendo se formado aos 21 anos de idade. No ano de 1879, mudou-se para o Rio de Janeiro, ao se eger para a Assembleia Legislativa da Corte Imperial. Engajou-se nas campanhas pelas eleições diretas, pelo fim da escravatura e pelo sistema federativo. Um dos líderes do movimento, redigiu o Decreto nº 1, que anunciava a escolha da forma de República Federativa, com as antigas províncias constituindo os Estados Unidos do Brasil. É ministro da Fazenda do Governo Provisório e interino da Justiça.



Nos estados, povo reage com euforia

Jornais relatam entusiasmo e “delírio indescritível” da população com novo regime

Ontem mesmo, a maioria das províncias brasileiras, agora denominadas estados, tomou conhecimento da Proclamação da República. Para isso muito contribuiu o fato de o tenente José Augusto Vinhais, encarregado da seção telegráfica do jornal *O Paiz* – cujo redator-chefe é Quintino Bocayuva, o grande líder civil da revolução –, ter assumido a chefia da Repartição do Telégrafo.

Com a menor brevidade possível, foram enviados seguidos informes

para o *hinterland* brasileiro, assim que progrediam os acontecimentos. Ao mesmo tempo, chegavam à capital do país relatos sobre a repercussão da revolução vitoriosa.

Graças ao telégrafo, a cidade do Rio de Janeiro ficou sabendo do teor do noticiário de jornais dos estados sobre as manifestações populares pelo advento da nova era da nossa pátria.

Entre os paulistas, a notícia da Proclamação “não causou entusiasmo”, mas sim “um delírio in-

descritível”, conforme noticia o diário *A Província de S. Paulo*. Em Ouro Preto, “é grande a euforia pela inauguração da nova era de concórdia”, enquanto na Bahia o povo, aglomerado nas portas dos jornais, pedia pormenores sobre o acontecimento. Em Porto Alegre, a revolução patriótica provocou “grande satisfação” e, em Maceió, a população “acha-se satisfeita e aplaude o advento da República”. Na cidade de Curitiba não foi menor a euforia e, no Recife, a popu-

lação “acha-se calma”.

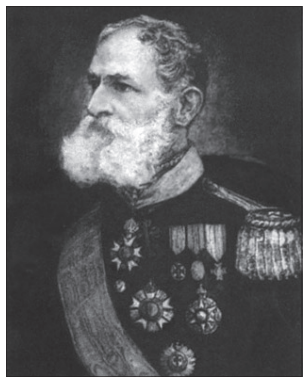
Informou-se, entretanto, que no estado da Bahia há, por parte do governo local, resistência ao novo regime. Notícia que está sendo publicada hoje pelo *Diário da Bahia* dá conta de que “o senhor marechal Hermes da Fonseca, comandante das Armas, não adere ao movimento da Corte, o que comunicou às guarnições do Norte e da Corte”. A nota foi mandada publicar pelo presidente da província, Almeida Couto.



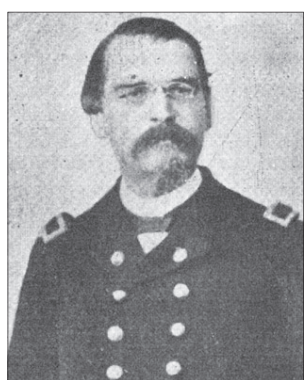
Seis dos principais articuladores do movimento republicano

Manuel Deodoro da Fonseca

Marechal do Exército e primeiro presidente da República, por ele proclamada em 1889, Manuel Deodoro da Fonseca nasceu em 1827 na cidade que hoje leva seu nome, em Alagoas. Em 1843, iniciou a carreira militar marcada por sucessivas promoções por bravura e coragem, inclusive na Guerra do Paraguai. Liderou as tropas que, nas ruas do Rio de Janeiro, declararam deposto o regime. Organizou o primeiro governo provisório e, após promulgada a Constituição de 1891, foi eleito presidente. A extinção do Congresso e a presença de figuras do Império em seu gabinete causaram descontentamento que o levou à renúncia, no mesmo ano. Faleceu no Rio de Janeiro, no ano seguinte.



Benjamin Constant



Militar, político e professor de Matemática, Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu no Rio de Janeiro em 1833. Matriculou-se na Escola Militar em 1853 e foi aluno do Observatório Astronômico. Na Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, se distinguiu pela bravura, mas teve de retornar ao Rio de Janeiro devido a uma febre palustre. Já tinha a patente de coronel quando se colocou à frente das tropas para a derrubada do Império. Foi ministro da Guerra e diretor de Instrução Pública. Tem sido um grande difusor do positivismo no Brasil.

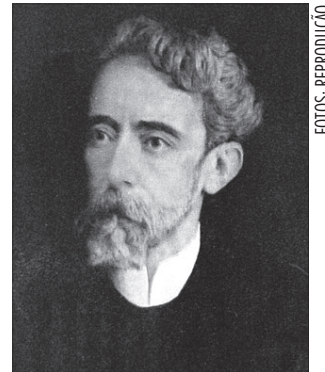
Floriano Peixoto

Alagoano de Ipioca Floriano Vieira Peixoto nasceu em 1839. Criado pelo tio em uma família pobre, aos 18 anos ingressou no Exército, e teve papel importante na Guerra do Paraguai. Já major-general, participou do movimento que deu fim à monarquia. Vice-presidente na chapa de Deodoro, assumiu o cargo em 1891 com a renúncia do titular. Recebeu a alcunha de Marechal de Ferro – por seu temperamento enérgico e pelo rigor ao reprimir rebeliões que marcaram os primeiros anos da República. Morreu em Divisa, hoje Floriano (RJ), em 1895, um ano depois de deixar o cargo.



Quintino Bocayuva

Carrioca Quintino Antônio Ferreira de Souza nasceu em 1836 e trabalhou como tipógrafo e revisor para custear a Faculdade de Direito, que cursou em São Paulo. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde então adotou como epíteto “Bocayuva”, palavra de origem indígena, para simbolizar seu nacionalismo, e iniciou a carreira de jornalista. Polêmico, ativo, Quintino foi o redator do *Manifesto Republicano* em 1870, que aproximou civis e militares antimonarquistas. Maçom, contrário ao Positivismo, foi o único civil a cavalgar ontem com Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca em direção ao Quartel-General. Foi ministro das Relações Exteriores, senador e governador do Rio de Janeiro. Morreu em 1912, no bairro de sua cidade natal, que hoje leva o seu nome.



FOTOS: REPRODUÇÃO

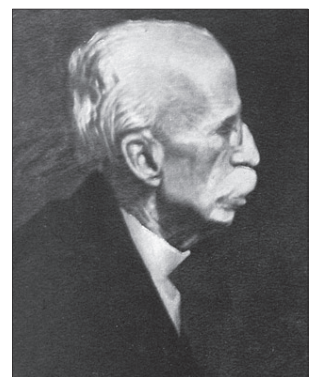
Aristides Lobo



Jurista, jornalista, deputado e senador, republicano e abolicionista brasileiro, o paraibano Aristides da Silveira Lobo nasceu em 1838, neto de um militar e revolucionário condenado à morte por lutar pela Independência. Formado em Direito, foi promotor público e juiz; pelo Partido Liberal, elegeu-se deputado no Congresso Nacional do Império. Fundou, ao lado de outros jornalistas e advogados, o jornal *A República*, onde foi publicado o famoso *Manifesto Republicano* de 1870, redigido por Quintino Bocayuva. No Governo Provisório anunciado poucas horas depois de proclamada a República, Aristides Lobo foi escolhido ministro do Interior, cargo que exerceria por apenas dois meses, por divergir profundamente do marechal Deodoro da Fonseca. Participou da primeira Assembleia Nacional Constituinte. Faleceu em 1896.

Ruy Barbosa

Jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, Ruy Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador (1849) e, com apenas 21 anos, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Engajou-se nas campanhas pelas eleições diretas, pelo fim da escravidão e pelo sistema federativo. Um dos líderes do movimento, redigiu o Decreto nº 1, que anunciava a escolha da forma de República Federativa, com as antigas províncias constituindo os Estados Unidos do Brasil. Foi ministro da Fazenda do Governo Provisório e, por algum tempo, também da Justiça. Senador constituinte pela Bahia, suas ideias foram cruciais na elaboração da Carta de 1891. Exilou-se dois anos depois, por criticar o governo autoritário de Floriano Peixoto.



Pedro II terá 24 horas para deixar país

Ex-monarca retornou à capital mas não conseguiu salvar o Império

Soubese nas primeiras horas da madrugada que só neste sábado o sr. dom Pedro II será oficialmente informado da queda do Império e da instalação do regime republicano, tendo à frente o general Manuel Deodoro da Fonseca. Havia dúvidas se o imperador já sabia do golpe que levou à sua deposição, mas é quase certo que não. Fontes categóricas adiantaram que ainda hoje dom Pedro deverá ser notificado a deixar o Brasil, com a sua família, no prazo de 24 horas.

Ontem cedo, em Petrópolis, o monarca já havia acordado quando bateram à porta do quarto. Era o seu criado Cândido José Freire, para lhe entregar o telegrama, com a chancela de urgente, que o Visconde de Ouro Preto enviara às 3h30 da madrugada, quando ainda se encontrava no Arsenal da Marinha.

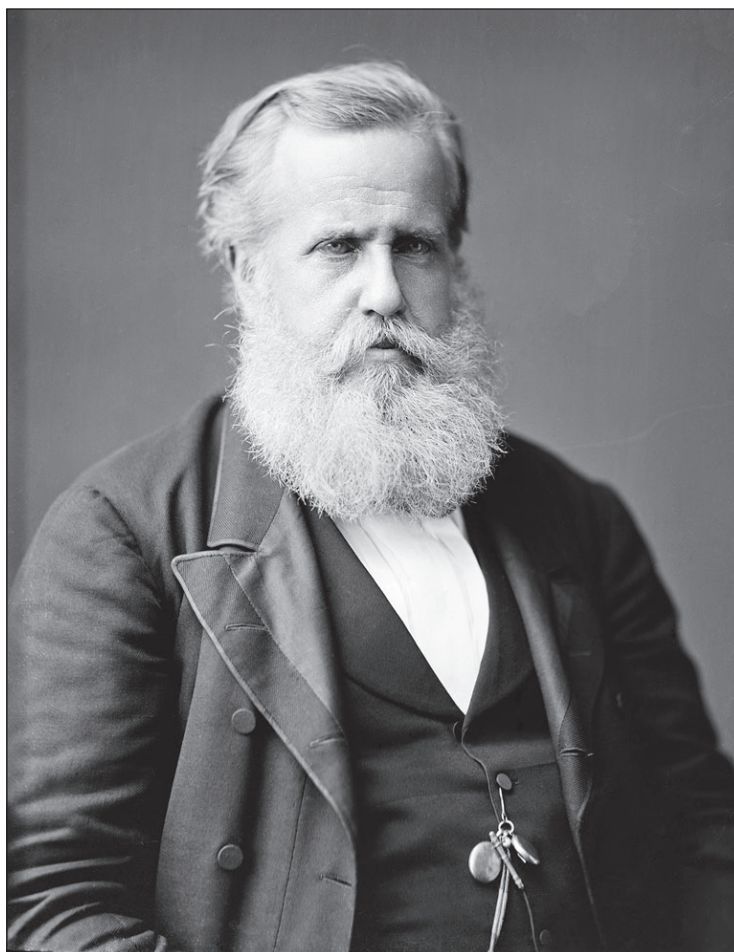
“Urgente. A sua majestade o imperador. Senhor. Esta noite, o 1º e o 2º Regimento de Cavalaria, e o 2º Batalhão de Artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra, e ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel-General de que

viriam desagrar aquele marechal. O governo toma as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal da Marinha, com os ministros da Justiça e da Marinha.”

Ao voltar da casa de banho, onde tomava diariamente uma ducha de caráter medicinal, Pedro II – que estava em companhia do seu médico particular, conde Mota Maia, e do conde Aljezur, mas não tinham conhecimento do telegrama – passou pela estação ferroviária, onde perguntou ao chefe de serviço, Bento Miguel de Carvalho Guimarães, sobre a possibilidade de contar, a qualquer hora, com um trem que o levasse à estação São Francisco Xavier. O chefe do serviço respondeu que colocaria uma máquina à disposição do monarca.

Às 10h, o imperador recebeu novo telegrama:

“Senhor, o Ministério sitiado no Quartel-General da Guerra, à exceção do sr. ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa, tendo por mais de uma vez ordenado que se repelisse pela força a intimação armada do marechal Deodoro, para pedir-lhe sua exonera-



Pedro de Alcântara, em fotografia de 1876: imperador deposto veio de Petrópolis ao Rio “lendo jornais e revistas”

ção, e diante das declarações feitas pelos generais Visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e Barão do Rio Apa, que, por não contarem com tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas mãos de

vossa majestade seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel.”

Compreendendo a gravidade da situação, dom Pedro II resolveu voltar ime-

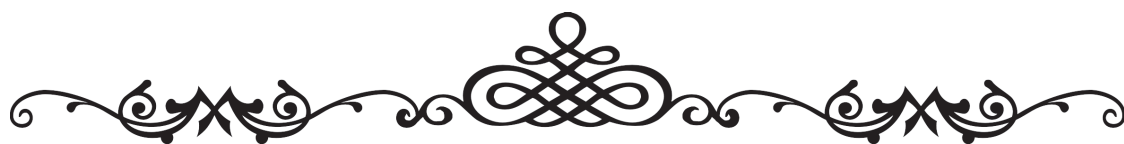
diatamente à Corte, e, em companhia da imperatriz Teresa Cristina, dr. Mota Maia e de Aljezur, seguiu a pé para a estação. O chefe do serviço ferroviário telegrafou a dona Isabel com o aviso de que “sua majestade desceu”, acrescentando que uma carruagem deveria apanhá-lo na estação de São Francisco Xavier.

Externando seu pessimismo diante da situação, dona Teresa Cristina repetia: “Tudo está perdido”.

– Qual nada, senhora, chegando lá isso se arranja – disse o imperador.

Às 14h, enquanto as tropas, sob o comando de Deodoro, ocupavam, em passeata triunfante, as ruas do Rio de Janeiro, dom Pedro II desembarcava na estação de São Francisco Xavier.

Reunido no Palácio até o início da madrugada de hoje, o Conselho de Estado indicou o senador Saraiva para formar um novo governo. Ele afirmou que só decidiria alguma coisa após consultar Deodoro. Depois de ler a mensagem de Saraiva, Deodoro mandou dizer que não tinha qualquer resposta a dar, pois “a República já estava decidida”. A essa altura, o monarca já tinha ido dormir.



Admiração pelos mestres e curiosidade pela ciência marcam o caráter do ex-imperador

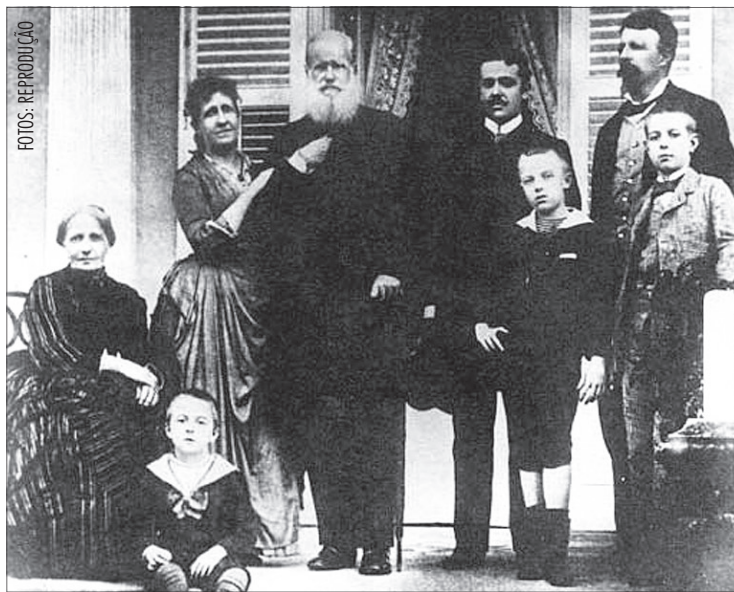
Deposto quando faltava menos de um ano para completar 50 anos no poder, dom Pedro II, 64 anos de idade, será lembrado não apenas como um dos monarcas que ficaram mais tempo no trono em todo o mundo, mas também como um homem da conciliação e, ainda, como um sábio, que demonstra grande interesse pelas ciências e pela literatura. É amigo de cientistas e escritores como Vítor Hugo e Alexandre Herculano, e tem grande admiração pelos professores, inclusive das classes primárias.

Criado longe do pai, dom Pedro I, que deixou o Brasil quando o filho tinha apenas cinco anos, Pedro de Alcântara tornou-se herdeiro do trono com a morte dos seus dois irmãos mais velhos, Miguel e João Carlos. Com apenas 15 anos, galgou ao trono, em virtude de uma lei que declarou sua maioridade.

O seu reinado, que enfrentou várias insurreições e a Guerra do Paraguai, foi de progresso econômico e social. O Brasil conta hoje com ferrovias, uma enorme rede telegráfica, serviço de telefone na capital e em outros centros, e começa a aparecer a luz elétrica.

Mas a maior obra do seu reinado foi a Abolição, por iniciativa de sua filha, a princesa Isabel, quando o monarca se encontrava enfermo na Europa. Mas, como se sabe, ele era grande defensor da libertação dos escravos. Conta-se que, ao tomar conhecimento de que no Brasil não havia mais escravos, dom Pedro II, levantando-se do leito de doente, exclamou: “Grande povo, grande povo!”.

Nos últimos meses, andaram dizendo que, em virtude dos problemas de saúde que se agravam – ele é diabético –, o imperador reinava mas não tinha o poder majestáti-



A última foto feita de Pedro II e família em Petrópolis, antes do fim do Império: abraçada ao pai, a princesa Isabel

co. Afirma-se até que quem estava mandando em seu lugar era dona Isabel – sendo governante de fato o conde d’Eu –, ou mesmo o chefe de gabinete ou o médico Mota Maia.

Contestando o discurso de

um deputado, o ministro do Império, Ferreira Viana, assegurou que Pedro II continuava “na inteireza da sua alta razão e da capacidade que lhe é conhecida e tem sido experimentado no governo do Estado”.

No centro da cidade, vivas à República e a seus líderes

Durante todo o dia de ontem, e até o início da madrugada de hoje, a população do Rio saiu às ruas em grupos e acompanhada de bandas de música, demonstrando todo seu entusiasmo pelos acontecimentos que se efetuaram nesse 15 de novembro e que levaram à instituição da República. Foi queimada uma enorme quantidade de foguetes em várias partes da cidade.

Nas Ruas do Ouvidor e em outros logradouros do centro, manifestantes dirigiam vivas à imprensa, ao Exército e à Marinha, ao general Deodoro da Fonseca, ao jornalista Quintino Bocayuva e à República brasileira.

Ao anoitecer, para garantir o sossego da população, um oficial da cavalaria circulava pelas ruas, transmitindo a seguinte mensagem: “O general Deodoro da Fonseca mandar dizer que o povo pode ficar tranquilo. A cidade está entregue à guarda do 7º Batalhão de Infantaria, e morrerá o ouso que tentar arrombar uma porta”.

Regime cai vítima da própria falta de sustentação social ou política

Regime excessivamente conservador e fechado não conseguiu dialogar com os segmentos da sociedade, entre eles o Exército, que se destacou na Guerra do Paraguai

Ao sair de cena, o Império já não representa mais politicamente os anseios da sociedade e da economia brasileiras. Muito conservadora, presa aos formalismos típicos da Corte, a Monarquia não acompanhou a crescente complexidade das relações entre os diversos grupos e instituições, entre eles o Exército, que havia se destacado na Guerra do Paraguai. O último apoio, dos latifundiários, cuja produção era baseada na escravidão, caiu com a Abolição, em 1888.

– Na verdade o regime caiu de pobre. Havia perdido sua base de sustentação social e política principal. Se distanciou da estrutura de valores e comportamentos, criou sua própria crise e articulou aqueles que desejavam um novo estado de coisas – resume o consultor legislativo do Senado e doutor em História Marcos Magalhães. E continua:

– Prova disso é que não houve qualquer movimento organizado de resistência da Monarquia. Isso é significativo, não foi uma transição sangrenta; ao contrário, foi pacífica. O que você pode notar é que a Monarquia ruiu, caiu e ninguém protestou.

O curioso é que tampouco se encontram registros



Sede do Clube Militar, no Rio: enquanto a economia foi bem, houve estabilidade política

de mobilizações populares em favor da República. Um relato que ficou famoso, do político, jornalista e abolicionista da época Aristides Lobo, sintetiza o que aconteceu naquele 15 de novembro de 1889:

– O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.

Segundo o consultor legislativo Antônio Barbosa, doutor em História, a gran-

de quantidade de analfabetos e de pessoas sem acesso a qualquer tipo de saber formal explica a pequena participação política, praticamente inexistente. Apenas 1% a 3% da população tinham alguma forma de representação.

Assim, a ideia de instalar uma república no Brasil, que havia aparecido na Inconfidência Mineira e na Independência, só prosperou, ainda assim restrita a alguns grupos econômicos e corporações, a partir de

1870.

– O ideário republicano não tinha como se desenvolver entre 1850 e 1870 tendo em vista a boa *performance* da economia. Enquanto ela esteve bem, enquanto o café rendeu muito, houve estabilidade política. Mas, a partir de então, diversas crises eclodem – explica.

Essas crises, continua Barbosa, que também é professor da Universidade de Brasília, tiveram focos no Exército, na Igreja, nos setores econômicos insatis-

feitos com a abolição e na preocupação gerada pelas incertezas com relação à sucessão do imperador dom Pedro II no trono (*leia mais abaixo*).

O golpe de misericórdia no regime, segundo os historiadores, foi o fim definitivo da mão de obra escrava, sem qualquer indenização aos latifundiários que dela se valiam. Feita “a conta-gotas”, como define Barbosa, a abolição colocou a Monarquia em uma situação em que não representava mais nem os abolicionistas, a quem atendeu com a Lei Áurea, nem os donos de escravos.

– Na transição, se, por um lado, a Monarquia teve que contemporizar com a crise social do regime escravista, por outro lado, ela perdeu a base social que conferia estabilidade ao regime, que queria a preservação dos interesses econômicos e sociais envoltos na escravidão. Setores que tradicionalmente apoiavam a Monarquia se afastaram dela, fazendo com que ela ficasse exposta – explica Magalhães.

Como resultado, após a abolição transcorreu apenas um ano e meio para que o Brasil se tornasse, enfim, o último país da América Latina a adotar a República como seu sistema de governo.



Morte do ditador paraguaio Solano Lopez: guerra deu uma nova ideologia para os militares brasileiros

Exército canalizou insatisfação geral com regime monárquico

O Império viu prosperar a instituição que se insurgiria contra ele próprio: o Exército. Isso porque o longo e sangrento conflito da Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, obrigou o Brasil a profissionalizar e desenvolver seu contingente armado. Porém, diferentemente da Marinha, formada por membros da elite e com grande prestígio junto à Coroa, o Exército arregimentava seus quadros nas camadas mais humildes da população, inclusive entre os escravos. Ao final, a vitória do Brasil no conflito ampliou a relevância da instituição.

– Os militares retornaram [da guerra] imbuídos de novas ideias, ansiosos por desempenhar novos papéis políticos, o que não era permitido até então. O Império não conferia a eles a impor-

tância que pensavam ter. Isso favoreceu a disseminação de ideias associadas ao republicanismo na corporação – afirma o historiador Marcos Magalhães.

Mais que isso, o historiador Antônio Barbosa avalia que o Exército foi maltratado durante a Monarquia:

– O Exército nunca teve atuação política no Império, o que ele passa a ter somente na República, que ele próprio proclamou num golpe de Estado.

Nos últimos anos do Império, oficiais que tentaram se expressar politicamente, especialmente em favor da Abolição, foram punidos, inclusive aqueles que se solidarizaram com os colegas, entre eles o general Deodoro da Fonseca, ampliando o descontentamento.

Além de terem lutado com

escravos, as forças brasileiras ainda conviveram com as da Argentina e Uruguai, aliadas, que vinham de países onde a escravidão já não fazia mais parte do sistema socioeconômico havia décadas, adotando os padrões mais modernos baseados no trabalho livre. Contraditoriamente, porém, àquela época os militares brasileiros ainda tinham como uma de suas funções impedir fugas e rebeliões de escravos.

– Isso era um problema no final do Império. Ideologicamente o Exército estava afinado com expectativas de libertação. Mas era forçado, até pelo seu papel institucional na Monarquia, a assumir essas atividades, que causavam repugnância e tristeza e muita revolta entre os militares – afirma Marcos Magalhães.